



## Conhecimento e ceticismo sob a visão epistêmica de A. C. Grayling *Knowledge and skepticism in the epistemic view of A. C. Grayling*

Gabriel Gomes de MELO<sup>1</sup>  
Ronaldo Cordeiro SANTOS<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo principal apresentar a visão do filósofo A. C. Grayling sobre a epistemologia, e aborda – a partir de uma prévia publicação feita por ele – os vértices de conhecimento e ceticismo. Mostrar-se-ão diversas abrangências teóricas acerca de ambos os vértices, os quais estão intimamente ligados – um em complemento com o outro. Os estudos aqui presentes tendem a ser provocativos, com a finalidade de incitar reflexões sobre os temas expostos, seguindo uma cronologia coerente para com as ideias de Grayling. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira consiste no levantamento de questões epistêmicas direcionadas ao conhecimento – propondo teorias quanto a sua conceituação, especialmente; a segunda propõe um viés analítico do ceticismo – no que diz respeito a seu papel na epistemologia –, e seu método de utilização direcionado à percepção do universo externo ao ser humano.

**Palavras-chave:** Grayling. Epistemologia. Conhecimento. Ceticismo.

**Abstract:** This paper has as its main purpose to present the philosopher A.C. Grayling's view of epistemology, and discusses – from one of his publication– the vertexes of knowledge and skepticism. Several theoretical divergences will be shown about both vertexes, which are intimately linked with each other –complementing one another. The studies discussed here tend to be provocative, and have the goal to urge reflections about the exposed themes, following coherent chronology towards Grayling's ideas. The work was divided into two parts: the first one consists highlighted issues on the target epistemic issues towards knowledge – especially proposing theories about its conceptualization, the second one proposes a biased skeptic analysis – concerning its role in epistemology –, and its method of utilization aimed at the perception of the external universe in relation to the human being.

**Keywords:** Grayling. Epistemology. Knowledge. Skepticism.

### Introdução

Este artigo foi realizado a partir de uma inquietação pessoal suscitada nas aulas de metodologia científica, as quais fizeram-me aprofundar um pouco mais na epistemologia – ramo da ciência/filosofia que estuda o conhecimento – sob a visão do filósofo A. C. Grayling, e com isso elevar tal pesquisa a um patamar convidativo, a fim de que todo e qualquer interessado nos contextos epistêmicos em geral, ou novo leitor, sinta satisfação ao apreciar o conteúdo aqui apresentado. A intenção se faz por, acima de tudo, ampliar cada vez mais o questionamento dos conceitos sobre o que é, o que não é, e o que pode vir a ser conhecimento.

<sup>1</sup> Graduando em Letras pela Faculdade de Olinda | FOCCA | E-mail: gabrieldemelo@outlook.com.br

<sup>2</sup> Especialista em Língua Portuguesa, Marketing e Gestão Escolar | E-mail: agnussancti@hotmail.com

Grayling afirma haver duas principais escolas para se chegar ao conhecimento, sendo elas: racionalista e empirista; em que:

O paradigma do conhecimento para os racionalistas é a matemática e a lógica, nas quais se chega às verdades necessárias pela intuição e pela inferência racional. [...] O paradigma empirista é fornecido pela ciência natural, em que a observação e a experiência são essenciais para a investigação (GRAYLING, 2002, p. 40).

Tendo essas duas questões – racionalismo e empirismo – em mente, Grayling ainda não considera ser o suficiente para chegar ao conhecimento propriamente dito e, assim sendo, invoca o ceticismo:

Entretanto, para ambas as tradições em epistemologia a preocupação central é se podemos confiar nos caminhos que eles apontam para o conhecimento. Argumentos céticos dão a entender que não podemos simplesmente pressupô-los como confiáveis; de fato, eles alegam que é preciso provar que são dignos de confiança. O esforço para responder ao ceticismo fornece, portanto, uma maneira aguda de compreender o que é crucial na epistemologia (GRAYLING, 2002, p. 40).

O ceticismo, portanto, concede um complemento às duas escolas epistêmicas, atuando como um agente questionador sobre qualquer problema gerado por elas.

Com isso, o marco direcional para este artigo consiste em abordar teorias acerca do conhecimento e do ceticismo – ambos sob a visão epistêmica de Grayling.

## 1. Conhecimento

### 1.1. Conhecimento proposicional

No nosso dia a dia afirmamos conhecer várias coisas, como pessoas ou generalidades, a exemplo de: Pedro conhece João; João sabe que o dia tem 24h; que o Oceano Pacífico é o mais profundo dos oceanos etc. Sobre isso, Grayling disse:

E pode-se saber que algo é de tal forma, como quando se diz: “Sei que o Everest é o pico mais alto”. E este último é denominado às vezes “conhecimento proposicional”, e é o tipo de conhecimento que os epistemólogos mais procuram entender (GRAYLING, 2002, p. 41).

Ao abordar tal conceito, consideremos S (sujeito cognoscente – que raciocina) e p (proposição – questão).

Voltemos a Pedro e João. Tomemos Pedro como S e João como P. Para que Pedro conheça João, faz-se necessário que, primeiramente, ele acredite na existência do mesmo como sendo verdade, e não porque simplesmente acha – especula – que ele exista. Mas, ainda que assim o faça, o fato de Pedro acreditar em João como verdadeiro não é suficiente, pois sua crença deve possuir, também, um fundamento a creditar este último como real.

A fundamentação da crença nada mais é que um motivo não superficial a justificar Pedro como conhecedor de João. Ou seja, é a busca de algo mais concreto que o simples acreditar.

Suponhamos agora que Pedro tenha visto João vestindo uma camisa azul, e assim, passou a acreditar que ele possui uma camisa azul. Porém, se é sabido que Pedro viu João vestindo uma camisa azul, não necessariamente significa que ela seja dele. Ele poderia simplesmente ter pego emprestado. Portanto, o fundamento para a crença de Pedro sobre João possuir uma camisa azul, porque o viu usando-a, é dotado de uma justificação falsa – ou insuficiente.

### 1.2. Infalibilismo e falibilismo

Grayling questionou se, mesmo possuindo uma justificação real para crer em P isso implicaria a verdade do mesmo. Pois, sendo assim, os problemas elaborados no conhecimento proposicional não teriam validade, e nós não precisaríamos questioná-los. Ele idealizou, portanto, o infalibilismo e falibilismo.

Para o infalibilismo, só o fato de Pedro crer em João implicaria a verdade do último, e ele não precisaria possuir nenhuma justificação para tanto, já que sua própria crença validaria a verdade de João, ainda que o mesmo seja falso.

O falibilismo prega justamente o contrário, afirmando que deve haver uma justificação, e consiste em identificar um erro no argumento básico do infalibilismo, tal qual: embora Pedro possa conhecer João e não estar errado sobre ele por crer em sua existência, não é o mesmo que dizer que ele não estaria disposto a estar errado em hipótese alguma. Grayling disse:

É correto dizer que (1) “é impossível para S estar errado sobre p se ele conhece p”, mas não é sempre correto dizer (2) “se S sabe que p, então é impossível ele estar errado sobre p.” O erro consiste em pensar que a leitura (1) correta de alcance abrangente de “é impossível” autoriza a leitura (2) de alcance limitado que constitui o infalibilismo (GRAYLING, 2002, p. 42).

No primeiro problema, a abrangência do *impossível* se dá por S ter utilizado uma justificação para crer em p, e assim, a credibilidade da crença como sendo o fundamento para a verdade de p ficaria em segundo plano; enquanto que, no segundo problema, S põe a crença em primeiro plano, afirmando ser impossível estar errado pelo simples fato de “conhecer”, sem que haja justificativa alguma para tanto.

Tomar por base o infalibilismo como direção para o conhecimento é de certa forma restringir o mesmo, pois se Pedro afirma conhecer João, logo, ele só poderia tomar isso como verdade se não houvesse possibilidade alguma de que ele esteja errado, visto que sua justificativa precisaria ser infalível; porém, o falibilismo nos apresenta que, embora possam haver várias justificativas para Pedro crer em João, ele, ainda assim, poderia estar errado a respeito de sua crença.

Entretanto, mesmo que o falibilismo possa ter uma abordagem coerente – de certa forma – acerca do conhecimento, ainda existe um problema:

O problema das explicações falibilistas é [...] que a justificação para crer em p não se conecta com a verdade de p na maneira certa, e talvez não se conecte absolutamente. O que se exige

é uma explicação que vinculará de maneira adequada a justificação de  $S$  tanto como a crença que  $p$  como a verdade de  $p$ . O que é necessário é uma descrição nítida da “crença justificada”. Caso se possa identificar o que justifica uma crença, percorreu-se todo ou quase todo o caminho [...] (GRAYLING, 2002, p. 42).

Eis que surge a *justificação* outra vez. O problema aqui está explícito, pois, enquanto não houver uma justificação verdadeira para elevar uma crença à realidade, a mesma estará longe de ser aceita epistemicamente.

### 1.3 Fundacionalismo

#### 1.3.1. A metáfora do edifício

Grayling (2002) expõe a metáfora do edifício como sendo uma das teorias da justificação de uma crença, e consiste na ideia de que a maioria das crenças requerem apoio de outras, ou seja, procura-se justificar uma crença baseada em outra já existente – daí então o conceito *edifício*.

Porém, há um algo importante a ser considerado. Assim disse Ketzer (2011):

No caso de uma cadeia infinita de razões se torna impossível saber em que momento a afirmação de conhecimento está justificada. Ao fazermos uma afirmação do tipo “Eu sei que  $p$ , em decorrência de  $q$ ” o cético questionará  $q$  e assim sucessivamente. Quando recorremos a  $q$  para mostrar que  $p$  é justificada, só mostramos que  $p$  é justificada. Mas, se uma crença justifica a outra, o que justifica esta última? Quando a resposta é outra crença, a justificação segue *ad infinitum* (KETZER, 2011, p. 112).

Tais afirmações procedem, pois, quanto mais *andares justificativos* – por assim dizer – houver em tal edifício, menor será a credibilidade da crença, considerando a infinita possibilidade de crescimento dele. Sendo assim, não haveria um fundamento eficaz – seguro – para justificar a crença como verdadeira.

#### 1.3.2. Crenças autojustificadas

Grayling disse:

Mostra-se necessário, por conseguinte, que haja crenças que não necessitem de justificação, ou que, de certo modo, se autojustifiquem, para poderem servir de base epistêmica. De acordo com essa concepção, uma crença justificada ou é uma crença fundacional, ou é apoiada por uma (GRAYLING, 2002, p. 43).

Primeiramente, o que vem a ser uma *crença fundacional*? A resposta é que o fundamento da crença tende a ser uma base para a sua formação. Ou seja, é o processo que antecede a crença. Se João sabe que o dia tem 24h, é porque ele pode recorrer ao racionalismo de que a Terra completa seu movimento de rotação em 1.440 minutos, e que tal movimento consiste no giro que ela completa em torno de seu próprio eixo gravitacional; eixo esse atraído pela gravidade de uma estrela chamada sol, etc. E ao saber

disso tudo, João pode acreditar que o dia tem 24h, pois ele possui fundamentos suficientes para tanto. Mas, e se em algum determinado momento da história alguém descobrir que tudo isto não se aplica mais como *verdade*? Todos os fundamentos que João utilizou para justificar sua crença cairão por terra; não obstante, isso significaria dizer que, no fim, João nunca soube de nada?

Entretanto, o que vem a ser uma crença *autojustificada*? Já dizia Grayling:

O que torna uma crença independente ou autônoma? É comum afirmar-se que essas crenças justificam a si mesmas, ou são auto-evidentes, ou são indiscutíveis, ou são incorrigíveis. Não são expressões sinônimas. Uma crença pode justificar a si mesma sem ser auto-evidente (pode ser bem difícil provar que ela justifica a si mesma). Indiscutível significa que nenhuma outra prova ou outras crenças, alternativas, podem tornar uma dada crença insegura. Porém, essa é uma propriedade que a crença pode ter independentemente do fato de ela justificar a si mesma ou não. E assim por diante. No entanto, o que essas caracterizações pretendem mostrar é a ideia de que se vincula às crenças em questão certa imunidade a dúvida, erro ou revisão (GRAYLING, 2002, p. 43).

Aqui se faz possível refletir que, quando uma crença não apresenta nenhuma dúvida, erro ou capacidade de revisão, ela se *autojustifica*. Mas existe alguma crença que não esteja imune a tudo isso? E, afinal, não seriam todas essas *imunidades* frutos da percepção de um S? Isso será mais abordado ao longo do artigo.

#### 1.4. Coerência

Diferentemente do fundacionalismo, a coerência abordada por Grayling (2002) expõe o conhecimento como sendo fruto de uma relação mútua e interdependente entre as crenças. Ou seja, a crença não precisa estar diretamente baseada em outra para poder ser considerada como real, mas apenas estarem interligadas complementarmente.

É como se João soubesse que o dia tem 24h, não porque tem noção de todo o processo físico terrestre que proporciona um movimento rotatório acarretando em x minutos equivalentes a 24h, mas sim, por saber – por exemplo – que uma semana tem 7 dias, e cada dia possui 24h. Perceba, João não procurou embasar-se em fundamentos, ele apenas interligou uma crença à outra, de forma coerente.

“Uma noção mais difusa é a de que um conjunto de crenças é coerente se qualquer uma delas seguir-se do resto, e se nenhum subconjunto delas for logicamente independente do restante” (GRAYLING, 2002, p. 44). Nesse trecho, Grayling reforça a coerência como sendo uma crença que, mesmo interligada à outra, não se faz dependência.

#### 1.5. Internalismo

Grayling disse:

Tanto a teoria fundacionista como a teoria da coerência são às vezes descritas como “internalistas”, pois admitem que a justificação consiste em relações internas entre crenças, seja – como no primeiro caso – uma relação vertical de apoio entre crenças supostamente básicas e outras dependentes delas, seja – como no segundo caso – uma relação de sustentação mútua de crenças em um sistema apropriadamente compreendido (GRAYLING, 2002, p. 44).

O internalismo tem, como conceito principal, a ideia de que para poder acreditar em toda e qualquer crença a respeito de um dia ter 24h, João necessita, primeiramente, de uma internalização – tomar para si como realidade – das crenças. Entretanto, antes de internalizar tais crenças, João necessita, também, acessá-las.

Mas, eis que surge um problema a respeito de tal acesso. Por conceito de “acesso”, sabe-se que esse mesmo não possui alcance infinito, pois depende – único e exclusivamente – da percepção de João para com o tempo-espaço a lhe cercar. Com isso, toda e qualquer justificação a alguma determinada crença limitar-se-ia à experiência dele, apenas.

Ainda assim, mesmo que uma relação *fundacionalista* ou *coerencial* esteja bem apoiada e sistematizada, respectivamente, não seria de imediato creditada epistemologicamente como verdade. Grayling reforçou:

Uma objeção mais geral é que as relações entre as crenças, quer do tipo fundacionalista, quer do tipo coerencial, podem estabelecer sem que as crenças em questão sejam verdadeiras a respeito de qualquer coisa além delas mesmas. Pode-se imaginar um conto de fadas coerente que não corresponda em ponto algum a uma realidade externa, mas no qual as crenças são justificadas por suas relações recíprocas (GRAYLING, 2002, p. 45).

Essa reflexão se faz pertinente, já que, considerando-a epistemicamente, as relações entre crenças – sob uma visão internalista – limitam-se às interconexões cognitivas de S para justificá-las. Para tanto, surge uma alternativa a fim de conectar a justificação de uma crença com algo a estender-se além da mesma, de forma exterior ao S, o dito externalismo.

### 1.6. Externalismo e confiabilismo

Primeiramente, as coisas que João julga saber talvez não passem de simples estímulos sensoriais emitidos pelo ambiente externo a ele, que, no fim, tendem a causar processos fisiológicos, tais como: cheiro, sabor, visão, etc. Dessa forma, João poderia não saber afirmar de onde formara sua crença, mas, ainda assim, ele estaria justificado em tê-la como verdade.

Simplificando um pouco, é a confiança de João na qual uma crença, de alguma forma, conecta-se com a verdade, ainda que assim talvez não seja. Grayling reforça dizendo: “Um exemplo de um processo confiável pode ser a percepção normal em condições normais” (GRAYLING, 2002, p. 45).

Portanto, para uma crença ser *externalista* não basta ser inerente a João e que ele a perceba inconscientemente, tomando-a como real. Ele precisa, também, estar em condições normais – lúcido.

### 1.7. Conhecimento e crença justificada – outra vez

Retomemos a Pedro e João, agora considerando o seguinte: “Pedro conhece João, então ele tem certeza que João existe. Porém, ninguém pode estar certo sobre nada. Logo, ninguém conhece nada.” Este argumento não deve ser tomado em um sentido literal, no entanto, ele é bastante ilustrativo para com o que Grayling (2002) afirma estar

buscando na epistemologia. Embora o argumento esteja colocado, neste caso, com a restrição: “ninguém conhece nada”, não seria válido um sujeito epistêmico aceitar – com satisfação – o fato de saber “nada”? Se as justificações – sejam internalistas, externalistas, ou quaisquer outras – funcionarem bem, talvez então esse “nada” seja muita coisa, não?

Sobre a justificação da crença:

A justificação é uma questão importante, entre outras coisas porque nas áreas de aplicação da epistemologia em que o interesse realmente sério deveria residir [...] a justificação é o problema crucial. É sobre essas áreas que os epistemólogos deveriam estar trabalhando. Em contrapartida, os esforços para definir o “conhecimento” são triviais e ocupam muito esforço da epistemologia (GRAYLING, 2002, p. 47).

No trecho acima, Grayling afirma que buscar o conhecimento a partir de definições literais não é o caminho certo para se chegar ao mesmo – epistemologicamente falando – e assim sendo, a busca pelas justificações acerca de crenças obtidas torna-se mais auspicioso, por assim dizer.

O problema (“sempre” haverá um) com a justificação tende a ser uma oposição muito utilizada no meio científico, o ceticismo.

## 2. Ceticismo

### 2.1. Definindo o ceticismo

Sobre epistemologia e ceticismo:

Pode-se dizer que, em certo sentido, o estudo e a utilização dos argumentos céticos definem a epistemologia. Um objetivo epistemológico fundamental é determinar como podemos ter certeza de que nossos meios de conhecimento (aqui, “conhecimento” toma o lugar de “crença justificada”) são satisfatórios. Uma maneira incisiva de mostrar o que está sendo exigido é examinar cuidadosamente os questionamentos céticos de nossos esforços epistêmicos, questionamentos que sugerem maneiras pelas quais eles podem estar errados. Se formos capazes não só de identificar, mas de enfrentar esses questionamentos, um objetivo epistemológico básico terá sido alcançado (GRAYLING, 2002, p. 47).

O ceticismo é para a epistemologia um complemento indispensável. Ele se faz presente como um *segundo estágio* para o conhecimento, pois ele vem para questionar – de forma a colocar em xeque os resultados obtidos por uma crença justificada.

Entretanto, vale salientar que o ceticismo é, por muitas vezes, tido como algo propenso a afirmar que nada é, ou pode ser, conhecido. Mas não é bem assim, visto que se nada pode ser conhecido, como se poderia saber que sobre nada se sabe?

Assim sendo considerado, o ceticismo deve ser algo muito mais construtivo que um simples empecilho a negar qualquer tipo de conhecimento.

## 2.2. Fatos contingentes

Ao raciocinar ceticamente sobre as crenças, surgem algumas eventualidades que podem comprometer tal raciocínio. Grayling categorizou tais eventualidades como fatos contingentes, em que:

Os fatos contingentes em questão se relacionam com a natureza da percepção, a vulnerabilidade humana normal ao erro e a existência de estados de espírito – sonho e delírio, por exemplo – que podem ser subjetivamente indiscerníveis dos que normalmente consideramos apropriados para adquirir crenças justificadas (GRAYLING, 2002, p. 48).

Ao citar os “estados de espírito – sonho e delírio”, Grayling reforça, mais uma vez, aquilo anteriormente mencionado no externalismo, que diz respeito à lucidez do sujeito epistêmico João (naquele caso). E com isso, deve-se levar em conta o grau de confiança acerca de como foram adquiridas justificações às crenças.

## 2.3. Erro e realidade vs. ilusão

Sobre o erro, deve-se manter em mente o fato de estar a todo tempo suscetível ao mesmo.

Para que João possa afirmar – com certeza – que o dia possui 24h, ele deve, antes de mais nada, excluir a possibilidade de estar errado sobre isso. No entanto, o erro geralmente é cometido quando não se espera estar errando. Então, nesse caso, João não estaria justificado ao afirmar que não poderia estar em estado de erro.

Da mesma forma, João poderia estar em estado de delírio, alucinação, ou até mesmo sonhando, sem ter consciência de nada disso. Logo, as experiências adquiridas através de tais estados seriam tomadas como verdadeiras por João, uma vez que ele não teria certeza ao diferenciar *realidade e ilusão*.

João, portanto, precisaria saber identificar quando estivesse sujeito a tais condições, a fim de poder chegar a uma conclusão epistêmica a respeito do empirismo vivenciado.

## 2.4. O destruidor das pretensões ao conhecimento

Ainda sobre os sonhos e estados ilusórios, considere a possibilidade de estar sonhando agora mesmo. Qual a certeza que se poderia ter em não estar? Se tal questão for desconsiderada, logo não seria levada em conta a possibilidade do erro, pois, estar-se-ia afirmando a desnecessidade do uso do ceticismo para com a evidência empírica de estar acordado – lúcido, consciente da realidade –, e então não haveria justificação real a fim de pretender conhecer quaisquer coisas das quais julga-se, neste exato momento, ter conhecimento.

Sobre tais argumentos, “[...] a possibilidade de erro, delírio ou sonho age como o que se pode chamar de um “destruidor” das pretensões de conhecimento” (GRAYLING, 2002, p. 50). É preciso descobrir como derrotar esses *destruidores*.

## 2.5. Percepção e relatividade perceptiva

Sobre a percepção:



A luz é refletida pela superfície dos objetos no ambiente físico e atinge os olhos, onde irrita as células das retinas de tal modo que provoca impulsos nos nervos óticos. Os nervos óticos transmitem esses impulsos para a região do córtex cerebral, que processa os dados visuais, onde estimulam certos tipos de atividade. Como resultado, de maneira ainda misteriosa para a ciência e a filosofia, “quadros móveis” coloridos surgem na consciência do sujeito, representando o mundo externo. Essa notável operação é repetida, mutatis mutandis, nas outras modalidades sensoriais, audição, olfato, paladar e tato, suscitando percepções de harmonias e melodias, perfumes e sabores picantes, suavidade, maciez, calor – e assim por diante (GRAYLING, 2002, p. 50).

Porém, sabe-se que não só por meio de percepções externalistas as interações ocorrem. Eis que o “destruidor” aparece novamente. As coisas interagem com o sujeito por meio de sonhos – como já foi visto anteriormente –, mas também podem ser intermediadas por um deus, ou pela matrix<sup>3</sup>; como se poderia ter certeza, afinal?

Outro problema surge em meio a tudo isto. Pois questões a respeito da percepção das coisas criam posicionamentos como: as coisas realmente são próprias – a percepção do sujeito apenas as “captam” – ou são interativas – determinadas pela interação com a percepção do sujeito – e, portanto, relativas?

Grayling reforça:

As qualidades dos objetos – cor, sabor, odor, som e textura – variam de acordo com a condição daquele que as percebe ou com as condições sob as quais elas são percebidas. Os exemplos são vários: a grama é verde à luz do dia, e negra à noite; a água morna parece quente para uma mão fria, fria para uma mão quente; objetos parecem grandes vistos de perto, mas pequenos vistos de longe; e assim por diante (GRAYLING, 2002, p. 51).

É importante frisar que o ceticismo à relatividade perceptiva não procura questionar a confiabilidade da percepção, mas sim, a existência de um mundo independente – alheio à percepção. Grayling (2002) cita *o problema da árvore*, consistente em saber se uma árvore que cai na floresta emite algum som quando lá não existe ser algum capaz de ouvir. Porque, se não se fazia presente nenhum ser capaz de ouvi-la cair, afirma-se então que a árvore não emitiu som algum. O máximo que poderia ocorrer seriam propagações de ondas vibratórias no ar em volta da árvore caída, as quais possibilitariam a existência do som – caso lá houvesse algum tímpano, nervo auditivo, etc., com o poder de transformar esses estímulos em tanto. Sendo assim, a árvore caiu em silêncio.

Sobre a relatividade perceptiva, Grayling (2002) fez uso de outra analogia, em que um homem faz uso de um capacete, de modo a cobrir toda a sua cabeça, impedindo-o de ver, ouvir, provar ou sentir qualquer coisa exterior ao objeto. No alto do capacete havia uma câmera, um microfone e outros aparatos a ele afixados. O homem não estava possibilitado de remover tal capacete, para que assim não pudesse comparar o que estava sendo exposto dentro dele – por meio dos aparatos – com a realidade externa. Portanto,

<sup>3</sup> THE MATRIX. 1999. Warner Bros. Direção: Andy Wachowski; Lana Wachowski

ele fica em uma posição nada agradável, pois tem de confiar nas informações que enxerga dentro do capacete, mesmo sabendo que elas podem ser alteradas – de alguma forma – em relação à realidade do *mundo exterior*. Com isso, ele deduz que o capacete está captando imagens e adicionando – de forma similar ao seu próprio cérebro – imagens, sons e odores, levando-os diretamente ao interior da máquina. Mas, o homem sabe que suas crenças sobre o exterior se baseiam nos dados extraídos de dentro do capacete, e que tais dados estão sujeitos a erros e falhas. Quais são, então, as conclusões dessa analogia?

Ao retirar o capacete, alguma coisa mudaria? As coisas deixariam de ser meras representações só por que passariam a ser interpretadas pelo cérebro do homem, ao invés de pelo capacete?

Sobre o relativismo:

Contudo, o relativismo não é mais do que o ceticismo disfarçado – é, talvez, a forma mais poderosa e perturbadora de ceticismo, pois é a concepção de que o conhecimento e a verdade são relativos a um ponto de vista, a um tempo, a um lugar, a um ambiente cultural ou cognitivo [...] (GRAYLING, 2002, p. 59).

## 2.6. Argumentos céticos

A respeito dos argumentos céticos até aqui citados, Grayling (2002) fez duas observações. A primeira observação é não tentar refutá-los um a um – procurar negar cada argumento –, pois essa não seria uma boa maneira de lidar com os problemas incitados por eles. Assim sendo, restaria somente aceitá-los ou desprezá-los, e com isso, fazer o uso do ceticismo, a fim de investigar as razões que acarretaram na justificação de um argumento, descobrindo até que ponto isso se faz por necessário, pois:

Como insinuei no início, os argumentos céticos são mais fortes não quando procuram provar que somos ignorantes a respeito de algum assunto, mas quando nos pedem para justificar nossas pretensões de conhecimento. Um desafio para a justificação não é uma assertiva ou teoria, e não pode ser refutado; só pode ser aceito ou desprezado. Dado que o cético apresenta razões por que se faz necessária a justificação, a resposta pode ser investigar essas razões, para ver até que ponto o desafio precisa ser enfrentado. Essa, de fato, é uma boa resposta ao ceticismo. Onde as razões são convincentes, a próxima boa resposta é tentar enfrentar o desafio proposto. (GRAYLING, 2002, p. 52).

A segunda observação é consequência da primeira, ou seja, é o enfrentamento dos desafios acarretados pela investigação das razões:

A segunda razão é que os argumentos céticos, tomados em conjunto, possuem o efeito de mostrar que há um trabalho a ser feito se quisermos ter uma explicação satisfatória do conhecimento – e o ceticismo indica o que é preciso para tanto. Caso se queira refutar, ou mostrar a falta de fundamento de um ou outro argumento cético particular, restariam outros que ainda exigiriam tal explicação (GRAYLING, 2002, p. 52).

Conclui-se, então, que classificar como inútil – *refutar* –, ou simplesmente desacreditar – *falta de fundamento* – determinado argumento cético vai de encontro ao enfrentamento dos desafios, pois sempre deixarão bordas soltas no que diz respeito aos argumentos como um todo.

### 2.7. Conceito polar

Grayling (2002) fez uso da ilustração denominada de “conceito polar”, consistente em uma tentativa de refutar o argumento do erro utilizada pelo filósofo Gilbert Ryle, e tinha por característica considerar dois extremos de um conceito. Por exemplo, não poderia haver o falso sem que houvesse o verdadeiro, alto sem baixo, e assim por diante. Ou seja, é a ideia de apreender algo considerando também o seu oposto.

Trazendo o conceito polar para a epistemologia:

Ora, “erro” e “apreensão correta das coisas” são polaridades conceituais. Caso se compreenda o conceito de erro, compreende-se o conceito de apreensão correta. Porém, compreender este último conceito é ser capaz de aplicá-lo. Assim, a própria apreensão do conceito de erro implica que, às vezes, apreendemos as coisas corretamente (GRAYLING, 2002, p. 52).

Ao compreender que “erro” e “apreensão correta das coisas” são lados opostos de uma *moeda*, a propensão ao erro torna-se mais difícil e, proporcionalmente inverso a tanto, mais fácil se torna a correta absorção dos fatos – acerto.

Ainda nessa página, o autor continua:

Obviamente, Ryle pensou que o cético do erro está dizendo que, para tudo o que conhecemos, estamos sempre errados. Assim, seu argumento – se compreendermos o conceito de erro, precisamos por vezes ter a apreensão correta – visa refutar a inteligibilidade da afirmação de que estamos sempre errados. Mas, é claro, o cético do erro não está afirmando. Ele está perguntando apenas, dado que às vezes cometemos erros, como podemos excluir a possibilidade de estar em erro em determinado juízo – digamos, no presente momento (GRAYLING, 2002, p. 52).

Porém, o ceticismo permanece a questionar, pois ainda que se possa afirmar ter apreensão correta sobre o erro, como poderia ser rejeitada a possibilidade de se estar errado quanto a tal apreensão? Acontece que, para afirmar que alguma apreensão é aplicável – correta –, ela precisa de fato ser aplicável, ou já ter sido aplicada anteriormente.

Finalizando, “Esses comentários mostram que os argumentos céticos, mesmo que isoladamente pareçam implausíveis, juntos convidam a uma resposta séria; é o que, em grande parte, a epistemologia procura proporcionar” (GRAYLING, 2002, p. 53).

### 2.8. Argumentos transcendentais

Aqui, Grayling (2002) invoca Kant, apresentando a ideia de que todos os dados conceituais e crenças são parte de um mundo externo previamente existente, alheio ao sujeito epistêmico, e por isso chamam-se transcendentais, porque ultrapassam a simples

existência própria relacionada à percepção do mesmo, tomando assim uma forma de existência quase ilimitada. Tais dados tornam-se, então, as denominadas proposições a priori, em que o fenômeno por elas exposto existe de forma puramente racional, sem que se faça necessário uma prévia apreensão empírica,

Denomino puras (em sentido transcendental) todas as representações em que não for encontrado nada pertencente à sensação. Consequentemente, a forma pura de intuições sensíveis em geral, na qual todo o múltiplo dos fenômenos é intuído em certas relações, será encontrada *a priori* na mente. Essa forma pura da sensibilidade também se denomina ela mesma *intuição pura*. Assim, quando separo da representação de um corpo aquilo que o entendimento pensa a respeito, tal como substância, força, divisibilidade etc., bem como aquilo que pertence à sensação, tal como impenetrabilidade, dureza, cor etc., para mim ainda resta algo dessa intuição pura, que mesmo sem um objeto real dos sentidos ou da sensação ocorre *a priori* na mente [...] (KANT, 1999, p. 72).

Os argumentos transcendentais são, entretanto, as conclusões conscientemente tomadas acerca de um determinado dado que, de certa forma, já existia ante a percepção do sujeito, inconscientemente. Por exemplo: para que haja sombra, é necessário haver luz, e como a sombra é um caso, a luz precisa ser um também. Sobre como esse exemplo pode ser usado no ceticismo:

Um típico questionamento cético concerne à crença na imperceptível existência contínua dos objetos. O que justifica nossa manutenção dessa crença e o fato de nos basearmos tanto nela? O interlocutor transcendental responde que é porque consideramos a nós mesmos como habitantes de um mundo singular unificado de objetos espaço-temporais, e porque nesta concepção os objetos espaço-temporais têm de existir de maneira imperceptível para constituir o mundo único e unificado, uma crença em sua imperceptível existência contínua é uma condição de nosso pensamento tanto sobre o mundo como de nossa experiência dele (GRAYLING, 2002, p. 56).

Aqui é viver no automático. A imperceptível existência contínua, ou simplesmente a percepção automática dos objetos – das coisas – é o que dá forma ao mundo transcendental. O sujeito cognoscente cria seus pensamentos não de forma aleatória ou própria – literalmente falando – mas sim, de forma a permitir um lapso de consciência a sobrepor o inconsciente, e de lá resgatar as experiências já vividas, transcendendo-as para um patamar racional. “Dado que de fato pensamos assim, a crença que o cético nos pede que justifiquemos está, portanto, justificada” (GRAYLING, 2002, p. 56).

## 2.9. Idealismo

Aqui há um paralelo às tentativas anteriores de responder aos argumentos céticos. Grayling (2002) invoca Berkeley, e apresenta que o ceticismo surge a partir da existência de um mundo material que não se pode provar empiricamente. Berkeley afirmou que o mundo material é o conjunto de qualidades sensíveis que se permeiam em ideias, as quais só existem se forem percebidas, e assim, então, a existência dos objetos consiste

no fato de serem percebidas por mentes finitas, como as do homem, ou infinitas – algum tipo de divindade fora do alcance de mentes finitas. Porém, Berkeley não quis com isso afirmar que o mundo material só existe porque é perceptível – a exemplo do solipsismo ontológico que, em níveis céticos extremos, considera como real apenas a mente e o ser individual – por alguma mente de capacidade interpretativa, não. Tal conceito de percepção deve ser tomado como algo referencial, apenas.

Berkeley também negava a existência de um hiato. Ele não fazia distinção entre realidade e experiência, pois para ele ambos eram a mesma coisa. Houve maneiras nas quais ele argumentou sobre como acontecem os sonhos, estados de erro etc.

### 2.10. Fenomenalismo

Os fenomenólogos acreditam que nossas crenças derivam da experiência que se obtém ao longo da existência. Os fenômenos são analisados por nós, desde os mínimos sons captados pelo nosso campo auditivo, das cores *quentes* ou *frias*, e tudo toma forma em nossa consciência, derivando, assim, nas coisas como as percebemos ser, a exemplo de casas, árvores, etc. Nada é algo sem que percebamos como tal.

Berkeley continua a ser citado por Grayling (2002), e o primeiro afirmava que coisas não percebidas por mentes finitas continuam a existir, porque são percebidas por uma divindade – um deus, ou Deus. Mas o que consistiria na verdade de tais coisas, dado que as mentes humanas não dariam conta de perceber? Não se sabe ao certo; mas ainda falando em Berkeley:

A concepção de Berkeley tem o modesto encanto de que tudo no mundo é efetivo – qualquer coisa que exista é percebida –, ao passo que, no universo fenomenalista, a maior parte do que existe existe enquanto possibilidade, mais do que como efetividade, especificamente como uma percepção possível. Uma coisa pelo menos está clara: não se obtém o fenomenalismo pela mera subtração da teologia da teoria de Berkeley. É preciso fazer isso e então, no vácuo metafísico resultante, pôr em seu lugar um compromisso com a existência de contrafactuais dificilmente verdadeiros, com um adicional compromisso com a existência de coisas possíveis (GRAYLING, 2002, p. 57).

Basicamente, os fenômenos só existem se houver alguém capaz de percebê-los como tal, daí a *possibilidade*.

### 2.11. Epistemologia cética

Grayling (2002) afirma que os epistemólogos não procuram refutar o ceticismo, pois o consideram verdadeiro, ou até mesmo irrefutável; e que o ceticismo é, além de tudo, o resultado de uma reflexão epistêmica. Sendo assim, só restam duas opções: aceitar que as justificações poderão sempre estar sujeitas à correção, ou simplesmente viver como a maioria das pessoas – desprezando o ceticismo.

“[...] conhecimento e dúvida estão estreitamente relacionados, no sentido de que só pode haver conhecimento onde pode haver dúvida, e vice-versa” (GRAYLING, 2002,

p. 59). Com isso, no mínimo dos casos, deve-se pensar duas vezes antes de desprezar o ceticismo, pois, como visto anteriormente, o mesmo é um problema epistêmico central, que busca a possibilidade da justificação a determinada crença. Mas, para isso, o ceticismo deve ser tomado como algo complementar, e não algo menor, que nega tudo irracionalmente. E por fim, tomá-lo como um desafio.

## Considerações finais

A epistemologia é incessante, pois está em tudo. Quantas coisas afirma-se conhecer, ou duvidar? De maneira geral, o erro persistirá a incomodar o sujeito cognoscente, assim como as ilusões. Por outro lado, sempre serão dispostas novidades a se observar – e ainda existem muitas novidades naquilo que se prejulga possuir conhecimento sobre; ou você crê que há verdades absolutas, tais quais não há mais nada a ser discutido epistemicamente?

A percepção do sujeito é primordial, ela propicia a análise cética, o ponto de vista; e, acima de tudo, a exclusividade que caracteriza o indivíduo como um ser único, pois até que se prove o contrário, nenhum ser percebe da mesma forma que outro.

Conceituar – de maneira literal – o conhecimento não é um caminho auspicioso, porque, como já exposto anteriormente, ele está em tudo, e de forma mutável. Que se busque a justificação das crenças; que se busque o ceticismo, e automaticamente a epistemologia se fará presente, galgando, passo a passo, os degraus da ciência.

Que você, leitor, não pare por aqui, pois agora que ingeriu a “pílula vermelha” – como no filme *Matrix*<sup>4</sup> – não tem mais volta, não dá para “desler” o que já foi lido, e isso tende a ser qualquer coisa, menos mau.

## Referências

- AUDI, Robert. (Org.) **The Cambridge dictionary of philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GRAYLING, Anthony. Epistemologia. In: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. (Orgs.) **Compendio de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 39-63.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KETZER, Patrícia. Fundacionalismo: da tradição às teorias moderadas. **Argumentos**, Fortaleza, n. 5, p. 111-120, jan./jun. 2011.

Recebido em: 08.08.2016

Aprovado em: 16.08.2016

Para referenciar este texto:

MELO, Gabriel Gomes de; SANTOS, Ronaldo Cordeiro. Conhecimento e ceticismo sob a visão epistêmica de A. C. Grayling. **Lumen**, Recife, v. 26, n. 2, p. 23-36, jul./dez. 2017

<sup>4</sup> Ibidem.